A Efetividade da Transparência Fiscal nas Universidades Públicas: Uma Análise sob a Perspectiva da Contabilidade e do Direito Administrativo

Autor(res)

Andressa Germann Avila
Daniel Germann Avila
Rhaylan Henrique Francisco De Souza

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Introdução

A transparência fiscal é um princípio fundamental da administração pública, previsto na Constituição Federal e regulamentado por legislações específicas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Nas universidades públicas, a transparência assume relevância singular, dado o volume expressivo de recursos públicos recebidos e a importância dessas instituições para o desenvolvimento científico, social e econômico do país. Entretanto, embora existam normativos claros, persistem desafios relacionados à efetividade das práticas de prestação de contas, tanto em termos de acessibilidade das informações quanto de sua compreensibilidade para a sociedade. A contabilidade, nesse contexto, desempenha papel central ao organizar e divulgar informações financeiras, enquanto o direito administrativo estabelece os parâmetros legais que orientam tais práticas.

Objetivo

Investigar a efetividade da transparência fiscal nas universidades públicas brasileiras, considerando os aspectos contábeis e jurídicos, com foco na relação entre normatividade, acessibilidade da informação e accountability social.

Material e Métodos

A pesquisa foi conduzida com abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo. Inicialmente, realizou-se revisão bibliográfica em bases científicas nacionais e internacionais sobre transparência fiscal, accountability e contabilidade pública. Em seguida, foram analisados documentos normativos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e normativos específicos do Tribunal de Contas da União (TCU).
A metodologia incluiu também levantamento empírico em portais de transparência de 20 universidades públicas federais, avaliando critérios de publicidade ativa, clareza das informações, regularidade das atualizações e aderência aos padrões contábeis internacionais (IPSAS/IFRS). Os dados foram organizados em categorias analíticas, tais como: (i) conformidade normativa; (ii) acessibilidade da informação; (iii) efetividade da accountability.

Resultados e Discussão

Os resultados evidenciam que, embora as universidades públicas brasileiras cumpram em grande medida os requisitos legais de transparência fiscal, a efetividade ainda é limitada por fatores técnicos e institucionais. Em relação à conformidade normativa, todos os portais analisados disponibilizam relatórios fiscais, balanços anuais e informações sobre execução orçamentária, em consonância com a LRF e a LAI. Contudo, a qualidade da divulgação apresenta inconsistências: documentos muitas vezes são disponibilizados em formatos de difícil compreensão para o público leigo, com excesso de linguagem técnica e ausência de indicadores de desempenho. Do ponto de vista contábil, a adesão a padrões internacionais de contabilidade pública ainda é incipiente. A maioria das universidades utiliza relatórios padronizados, mas não os integra a indicadores de impacto social, o que compromete a avaliação da eficiência na aplicação dos recursos.

Conclusão

A pesquisa demonstra que a transparência fiscal nas universidades públicas brasileiras é juridicamente exigida e contábilmente estruturada, mas sua efetividade ainda encontra barreiras ligadas à acessibilidade e à inteligibilidade das informações. Para avançar, é essencial alinhar os requisitos normativos a práticas de comunicação clara, adotando padrões internacionais e promovendo maior integração entre direito e contabilidade pública.

Referências

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
Brasil. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.
Brasil. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação.
Tribunal de Contas da União (TCU). Normativos sobre Transparência Pública.
Orelli, R. L., Padovani, E., & Young, D. W. (2019). International Public Sector Accounting Standards (IPSAS): A Guide to Implementation. Routledge.
Pinho, J. A. G., & Sacramento, A. R. S. (2009). Accountability: A concepção do conceito no campo da administração pública. Revista de Administração Pública, 43(6).